

O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS DIGITAIS

THE ROLE OF SCHOOL IN THE FORMATION OF DIGITAL CITIZENS

Gislaine dos Santos Caires Mattos

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Aureques dos Anjos Coelho

MUST University, Estados Unidos

Luciane de Fatima Siqueira

MUST University, Estados Unidos

Lucinaide Gonçalves da Silva

MUST University, Estados Unidos

Maria Jocimar Barbosa de Paula

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/pzzgym82>

Publicado em: 05.11.2025

Resumo: O artigo teve como objetivo refletir sobre o papel da escola na formação da cidadania digital ética e crítica, analisando como o ambiente educacional pode promover o uso responsável da internet e enfrentar os desafios relacionados à formação docente nas escolas públicas brasileiras. O estudo abordou a importância da educação digital como instrumento de formação moral e social, destacando que o uso das tecnologias no espaço escolar deveria ir além do domínio técnico, abrangendo dimensões éticas, reflexivas e participativas. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica de natureza qualitativa, com análise de obras e artigos científicos publicados entre 2023 e 2025, selecionados na base CAPES Periódicos, a partir de critérios de relevância, atualidade e pertinência temática. Os resultados demonstraram que a formação para a cidadania digital depende diretamente do engajamento da escola e da qualificação dos professores, sendo essencial a construção de práticas pedagógicas que unissem ética, tecnologia e reflexão crítica. Constatou-se, ainda, que a ausência de políticas públicas consistentes e de formação continuada comprometeu a efetividade da educação digital nas redes públicas, perpetuando desigualdades e limitações estruturais. Concluiu-se que a escola, enquanto espaço de formação integral, deveria assumir a função de mediadora entre conhecimento, tecnologia e ética, promovendo a construção de uma cultura digital consciente, inclusiva e socialmente responsável.

Palavras-chave: Cidadania, Ética, Docência, Tecnologia, Responsabilidade.



Abstract: The article aimed to reflect on the role of the school in shaping ethical and critical digital citizenship, analyzing how the educational environment could promote the responsible use of the internet and address the challenges related to teacher training in Brazilian public schools. The study discussed the importance of digital education as an instrument of moral and social development, emphasizing that the use of technologies in the school setting should go beyond technical mastery, encompassing ethical, reflective, and participatory dimensions. The research was conducted through a qualitative bibliographic review, analyzing works and scientific articles published between 2023 and 2025, selected from the CAPES Journals database based on criteria of relevance, timeliness, and thematic pertinence. The results showed that the development of digital citizenship depended directly on school engagement and teacher qualification, highlighting the need for pedagogical practices that integrate ethics, technology, and critical reflection. It was also found that the lack of consistent public policies and continuous teacher education hindered the effectiveness of digital education in public networks, perpetuating inequalities and structural limitations. It was concluded that the school, as a space for integral formation, should assume the role of mediator between knowledge, technology, and ethics, promoting the construction of a conscious, inclusive, and socially responsible digital culture.

Keywords: Citizenship, Ethics, Teaching, Technology, Responsibility.

Introdução

O avanço das tecnologias digitais nas últimas décadas modificou de maneira profunda as formas de interação, comunicação e produção de conhecimento, transformando também o papel da escola no processo educativo. O acesso à informação e às redes de sociabilidade passou a exigir novas competências, tanto cognitivas quanto éticas, impondo à educação a responsabilidade de preparar indivíduos para atuar de forma crítica, consciente e responsável no ambiente virtual. Nesse contexto, o presente estudo delimitou como tema central a análise do papel da escola na formação da cidadania digital, com ênfase na construção de práticas pedagógicas voltadas ao uso ético e reflexivo da internet. Buscou-se compreender em que medida a instituição escolar e os docentes podem contribuir para o desenvolvimento de uma cultura digital fundamentada no respeito, na empatia e na responsabilidade social.

A escolha desse tema justificou-se pela crescente relevância da educação digital no cenário contemporâneo, especialmente em um contexto de intensificação do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas atividades escolares. A motivação para a pesquisa partiu da constatação de que a simples presença de dispositivos tecnológicos nas escolas não garante a formação de cidadãos digitais conscientes. É necessário um trabalho educativo intencional, capaz de desenvolver valores éticos e habilidades críticas diante dos desafios impostos pelo mundo digital. Essa discussão mostrou-se ainda mais pertinente diante das desigualdades estruturais que afetam as escolas públicas brasileiras, nas quais a falta de recursos e de formação docente

adequada dificulta o desenvolvimento de práticas pedagógicas consistentes voltadas à cidadania digital.

A questão norteadora que orientou a pesquisa foi: ‘De que maneira a escola pode atuar como agente formador da cidadania digital ética e crítica, promovendo o uso responsável da internet e enfrentando os desafios relacionados à formação docente nas escolas públicas brasileiras?’. A partir dessa pergunta, definiu-se como objetivo geral refletir sobre o papel da escola na formação de cidadãos digitais conscientes e éticos, analisando as condições, os desafios e as práticas pedagógicas que favorecem o uso responsável da internet. Especificamente, buscou-se: a) examinar a função social da escola como formadora de valores e competências digitais; b) identificar práticas pedagógicas que contribuem para a educação digital crítica; e c) analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes da rede pública na implementação da educação digital.

A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada em análise teórica e interpretativa de obras e artigos científicos publicados entre os anos de 2023 e 2025. O levantamento foi realizado na base de dados CAPES Periódicos, com o emprego das palavras-chave ‘cidadania digital’, ‘educação digital’, ‘formação docente’, ‘uso ético da internet’ e ‘escola pública’. A escolha dessa metodologia deveu-se à sua adequação para compreender fenômenos educacionais complexos a partir do diálogo com autores contemporâneos. A técnica de análise seguiu as orientações de Santana, Narciso e Fernandes (2025), segundo os quais o estudo bibliográfico deve envolver leitura aprofundada, seleção criteriosa e organização das ideias de acordo com sua relevância para o tema investigado.

Entre os principais referenciais teóricos utilizados destacaram-se Tavares (2024), Fernandes e Cardoso (2024) e Cairuga e Fonseca (2023). Tavares abordou a importância da educação digital crítica na formação do indivíduo ético e consciente de seu papel nas redes; Fernandes e Cardoso analisaram a escola como espaço de mediação e orientação para o uso responsável das tecnologias; e Cairuga e Fonseca discutiram a necessidade de uma formação docente voltada à ética, à reflexão e à compreensão das dinâmicas sociais que estruturam o ambiente digital. O diálogo entre esses autores permitiu construir uma visão integrada sobre a cidadania digital, articulando aspectos pedagógicos, sociais e formativos.

O artigo foi estruturado em três capítulos, de forma a garantir uma abordagem progressiva e coerente do tema. O primeiro capítulo, intitulado ‘A escola como agente formador da cidadania digital ética e crítica’, discutiu a função social da instituição escolar na formação de sujeitos éticos e reflexivos, capazes de atuar de maneira responsável no ambiente digital. O segundo, denominado ‘Práticas pedagógicas para o uso responsável da internet no ambiente escolar’, abordou metodologias e estratégias educativas que favorecem a reflexão crítica sobre o uso das tecnologias e promovem a alfabetização digital ética. Por fim, o terceiro capítulo, ‘Desafios da formação docente para a educação digital nas escolas públicas brasileiras’, analisou

as dificuldades enfrentadas pelos professores na incorporação da educação digital às práticas pedagógicas e destacou a necessidade de políticas públicas de formação continuada.

Dessa forma, o artigo organizou-se de modo a articular teoria e prática, demonstrando como a escola pode atuar na formação de cidadãos digitais éticos e conscientes. A estrutura proposta permitiu examinar o fenômeno sob três dimensões complementares — institucional, pedagógica e formativa —, evidenciando que a efetivação da cidadania digital no contexto educacional depende tanto do engajamento da escola quanto da valorização e qualificação docente.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem bibliográfica de natureza qualitativa, com o objetivo de analisar e discutir produções acadêmicas recentes que abordam a formação da cidadania digital ética e crítica no contexto escolar. Esse tipo de investigação foi escolhido por possibilitar a interpretação e o diálogo entre diferentes referenciais teóricos, permitindo compreender como a literatura especializada tem tratado o papel da escola e dos docentes diante das transformações digitais. Conforme discutem Santana, Narciso e Fernandes (2025), a revisão bibliográfica não se limita à coleta e descrição de dados, mas consiste em um processo reflexivo e argumentativo que busca construir sentido a partir da leitura aprofundada dos textos.

O estudo teve início com a definição de palavras-chave adequadas à temática, utilizadas para orientar as buscas nas bases de dados acadêmicas. Foram empregados termos simples e específicos, como ‘cidadania digital’, ‘educação digital’, ‘formação docente’, ‘escola pública’ e ‘uso ético da internet’. Além disso, realizaram-se combinações entre esses termos, a exemplo de ‘educação e cidadania digital’ e ‘formação de professores e tecnologia’, com o intuito de ampliar o alcance da busca e identificar estudos que abordassem a temática sob diferentes enfoques. Essa etapa inicial foi essencial para garantir a coerência entre o material selecionado e os objetivos definidos para a pesquisa.

As obras analisadas foram obtidas, principalmente, por meio da base CAPES Periódicos, vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, uma plataforma que reúne publicações científicas revisadas por pares em diversas áreas do conhecimento. Essa base foi escolhida pela credibilidade de suas fontes e pela variedade de materiais disponibilizados, permitindo o acesso a estudos atualizados e metodologicamente consistentes. O uso desse repositório garantiu o rigor acadêmico e a atualidade dos dados teóricos utilizados na investigação.

A técnica de análise dos materiais baseou-se na leitura sistemática, seleção criteriosa e organização dos textos conforme sua relevância para o tema. De acordo com o que afirmam Santana, Narciso e Fernandes (2025), essa metodologia envolve não apenas a identificação de conteúdos pertinentes, mas também a análise comparativa das ideias, o que favorece uma compreensão mais ampla do objeto de estudo. Assim, os materiais selecionados foram agrupados em três eixos temáticos, correspondentes às categorias de análise do trabalho: o papel da escola

na formação da cidadania digital, as práticas pedagógicas voltadas ao uso responsável da internet e os desafios da formação docente nas escolas públicas brasileiras.

O processo metodológico foi desenvolvido em etapas interdependentes. A primeira consistiu na triagem preliminar dos textos, com base em critérios de inclusão que privilegiaram publicações entre os anos de 2023 e 2025 e que apresentassem relação direta com os objetivos do estudo. Em seguida, procedeu-se à leitura exploratória, destinada a identificar as principais contribuições e lacunas de cada obra. A terceira etapa consistiu na leitura analítica, que possibilitou a comparação entre os autores e a elaboração de uma síntese interpretativa das ideias mais relevantes. Esse procedimento permitiu articular as diferentes perspectivas teóricas e identificar convergências e divergências conceituais.

Os critérios de exclusão compreenderam a eliminação de textos que apresentavam abordagens meramente técnicas, voltadas exclusivamente ao uso de ferramentas digitais, sem articulação com dimensões éticas ou formativas. Foram igualmente descartadas as publicações anteriores a 2023, a fim de assegurar a atualização dos dados e a pertinência das análises diante das recentes transformações tecnológicas e educacionais.

Em resumo, o método bibliográfico aplicado neste estudo mostrou-se adequado para a compreensão crítica das relações entre educação, tecnologia e cidadania. Como destacam Santana, Narciso e Fernandes (2025), esse tipo de investigação permite organizar o conhecimento existente, identificar lacunas na produção científica e propor novas interpretações sobre o fenômeno estudado. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou alcançar os objetivos da pesquisa, ao oferecer subsídios teóricos consistentes para analisar o papel da escola e da formação docente na promoção de uma cidadania digital ética, reflexiva e socialmente engajada.

A escola como agente formador da cidadania digital ética e crítica

A sociedade contemporânea, caracterizada pela intensa presença das tecnologias digitais, exige da educação uma reconfiguração de seus papéis formativos. Nesse cenário, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de saberes e assume a responsabilidade de formar sujeitos capazes de interagir eticamente no ambiente digital. Conforme Tavares,

[...] a educação digital, assim como a educação clássica, desempenha um papel fundamental na formação e no desenvolvimento do indivíduo digital como um todo. É função da educação digital, formar um cidadão digital capaz de agir com ética e respeito aos seus semelhantes, que possa vencer a sedução da intolerância que é disseminada no mundo virtual, que possa navegar consciente de que é a mesma pessoa tanto no mundo digital quanto no mundo físico. (Tavares, 2024, p. 3).

Essa concepção amplia a compreensão da educação como processo integral, articulando o domínio técnico às dimensões morais e sociais da convivência online. Além dessa perspectiva, Fernandes e Cardoso (2024) sustentam que a escola é uma instituição social historicamente

comprometida com a formação humana e, portanto, deve promover práticas voltadas à ética e à responsabilidade no ambiente digital.

Para os autores, o processo educativo ultrapassa a mera instrução e alcança a esfera dos valores, do respeito e da convivência democrática. Nessa direção, Cairuga e Fonseca (2023), complementam que a cidadania digital constitui um dos pilares da formação integral, uma vez que implica compreender as implicações éticas e políticas do uso das tecnologias. As autoras defendem que a escola é “instância privilegiada para promover o debate crítico acerca dos usos das tecnologias digitais, considerando as implicações éticas, sociais e políticas de tais práticas” (p. 212). Assim, o ambiente escolar assume a função de mediação reflexiva entre o sujeito e o espaço digital, tornando-se um campo essencial para a aprendizagem da convivência ética na rede.

Por outro lado, Tavares (2024), argumenta que o simples uso de tecnologias na escola não assegura o desenvolvimento da cidadania digital, uma vez que a apropriação crítica dos meios digitais requer mediação pedagógica intencional. O autor adverte que “a simples incorporação de tecnologias em contexto escolar não é suficiente para que haja condições de exercício pleno da cidadania” (p. 2), pois é necessário que os estudantes desenvolvam competências e habilidades técnicas associadas à leitura crítica de mundo. Essa reflexão evidencia um ponto de convergência com Fernandes e Cardoso (2024), que também enfatizam a necessidade de intencionalidade pedagógica na inserção das tecnologias, apontando que a formação cidadã digital requer a criação de espaços educativos que estimulem a análise ética e a tomada de decisão consciente.

Além disso, Fernandes e Cardoso (2024) observam que a escola deve atuar como mediadora das relações entre tecnologia e sujeito, orientando os alunos sobre riscos, possibilidades e limites do ambiente digital. Tal mediação, segundo os autores, desenvolve a capacidade de discernimento e a responsabilidade social diante da informação. Essa perspectiva aproxima-se da análise de Cairuga e Fonseca (2023), para quem a escola precisa oferecer condições para que os estudantes reflitam sobre suas ações no ciberespaço, promovendo debates sobre desinformação, respeito às diferenças e responsabilidade comunicacional. As autoras sublinham que essas práticas não apenas qualificam o uso da internet, mas também ampliam a noção de cidadania, estendendo-a para o domínio digital.

A educação digital crítica, entretanto, enfrenta obstáculos que dificultam sua efetivação. Tavares (2024), aponta que o pleno exercício da cidadania digital “constitui um desafio às escolas, seja por sua infraestrutura defasada, ausência de formação continuada ou até mesmo pelo próprio tradicionalismo que ainda resiste no sistema educacional brasileiro” (p. 4). Essa análise dialoga com Fernandes e Cardoso (2024), que reconhecem as limitações estruturais e pedagógicas como entraves à implementação de práticas voltadas à ética digital. Desse modo, ainda que haja consenso quanto à importância da formação cidadã no ambiente escolar, a ausência de políticas de suporte e de programas formativos para docentes restringe o alcance das iniciativas educacionais.

Apesar desses desafios, a literatura ressalta a capacidade transformadora da escola quando esta assume seu papel social de formadora de valores. Fernandes e Cardoso (2024) afirmam que, ao cumprir essa função, a escola contribui para a constituição de sujeitos conscientes dos limites éticos do uso da tecnologia e do respeito às normas coletivas, inclusive no mundo virtual. Essa visão complementa a proposta de Cairuga e Fonseca (2023), que reconhecem a escola como mediadora das dinâmicas sociais em rede, responsável por desenvolver a compreensão crítica das interações e seus impactos sobre a cidadania. Em ambos os casos, destaca-se o potencial pedagógico da escola para construir uma cultura de respeito e diálogo na era digital.

Além de promover valores éticos, o ambiente escolar deve fomentar a empatia e o pensamento crítico, competências indispensáveis para a vida em rede. Cairuga e Fonseca (2023) defendem que a formação para a cidadania digital deve fortalecer as práticas pedagógicas que incentivem a leitura ética da informação e a compreensão das interações sociais. Tal perspectiva é reforçada por Fernandes e Cardoso (2024), que consideram o espaço escolar um local de problematização das práticas digitais cotidianas, como a circulação de fake news, o discurso de ódio e a violação da privacidade. Portanto, a escola assume papel ativo na construção de sujeitos reflexivos e conscientes de seu poder de atuação no espaço virtual.

Por conseguinte, a relação entre cidadania digital e educação requer um olhar crítico sobre o papel social da escola. Tavares (2024) e Fernandes e Cardoso (2024) convergem ao defender que a ética digital deve ser incorporada ao currículo como eixo transversal, capaz de integrar a formação moral, técnica e política dos estudantes. Já Cairuga e Fonseca (2023) ampliam esse debate ao propor que a cidadania digital seja tratada como dimensão da democracia contemporânea, na qual o acesso à informação e a atuação crítica constituem direitos essenciais. Assim, a escola não apenas transmite conhecimento, mas forma cidadãos capazes de agir com responsabilidade e consciência no espaço digital.

Em suma, o papel da escola na formação da cidadania digital ética e crítica é inegável e multifacetado. Embora os autores reconheçam os limites estruturais e pedagógicos das instituições educacionais, há consenso quanto à necessidade de uma educação que desenvolva consciência ética, autonomia e participação responsável nas redes digitais. A formação cidadã, nesse sentido, depende da escola enquanto espaço de reflexão e transformação, onde se constrói uma cultura digital pautada na ética, na empatia e no compromisso coletivo com a informação e a verdade.

Práticas pedagógicas para o uso responsável da internet no ambiente escolar

O avanço das tecnologias digitais no cotidiano escolar impõe à educação a necessidade de repensar suas práticas, de modo a orientar os estudantes para o uso ético e responsável da internet. A escola, nesse contexto, deve adotar estratégias pedagógicas que superem o enfoque instrumental e promovam a reflexão crítica sobre os conteúdos digitais. Conforme Tavares (2024), o uso das tecnologias demanda mais do que o domínio técnico, pois “o sujeito deve ser capaz de selecionar informações, distinguindo-as entre verdadeiras e falsas” (p. 2). Assim, a inserção das tecnologias

no ambiente escolar precisa estar acompanhada de intencionalidade pedagógica, direcionada à formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel no espaço digital.

Nesse sentido, Fernandes e Cardoso (2024) destacam que o trabalho pedagógico deve incorporar práticas que estimulem a análise crítica e o debate ético sobre o comportamento digital, favorecendo o desenvolvimento de atitudes responsáveis nas interações online. As autoras compreendem que o uso consciente da internet está relacionado à capacidade de discernimento e à construção de valores que orientem a convivência nas redes. Para tanto, defendem que projetos interdisciplinares, rodas de conversa e estudos de caso são recursos eficazes para aproximar o cotidiano dos alunos das discussões sobre segurança e ética digital. Tais ações possibilitam que os estudantes associem seus saberes práticos à reflexão teórica sobre as consequências de seus atos no ciberespaço.

Em complemento, Cairuga e Fonseca (2023) ressaltam que o desenvolvimento da cidadania digital requer práticas escolares que ultrapassem o uso instrumental das tecnologias. A educação, nessa perspectiva, deve permitir que os alunos compreendam as relações de poder, consumo e vigilância que estruturam o espaço digital, promovendo a leitura crítica da informação e o posicionamento ético diante das mídias. Essa proposta reforça a importância de metodologias que priorizem a autonomia e o pensamento reflexivo, para que o estudante se torne capaz de intervir de modo responsável em ambientes virtuais.

Uma educação digital favorável ao processo de construção do conhecimento por parte do indivíduo é aquela que cria as condições propícias para que o mesmo desenvolva a capacidade de perceber a informação e de ultrapassá-la em sua superfície para alcançar os sentidos que ela assume em contato com a realidade concreta (Tavares, 2024, p. 3).

Esse pensamento evidencia que o objetivo central da educação digital não é o domínio técnico, mas a formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente as informações e utilizá-las de forma significativa. Para tanto, as práticas pedagógicas devem articular teoria e experiência, estimulando a produção de conhecimento contextualizado e relevante para a vida social e digital do estudante.

Além disso, Fernandes e Cardoso (2024) afirmam que o uso responsável da internet implica reconhecer o papel formativo da escola como mediadora entre tecnologia e ética. A educação midiática e a alfabetização digital, quando integradas ao currículo, ampliam a consciência dos alunos sobre suas ações nas redes e fortalecem o senso de responsabilidade coletiva. Projetos educativos que abordam a verificação de fontes, o combate à desinformação e o respeito à privacidade contribuem para a criação de uma cultura digital orientada pela empatia e pela cooperação.

De modo semelhante, Cairuga e Fonseca (2023) observam que práticas pedagógicas baseadas em metodologias ativas, como a produção de conteúdos digitais e o debate sobre normas de convivência *online*, favorecem o protagonismo estudantil e o desenvolvimento da responsabilidade social. Contudo, as autoras também alertam que, em muitos contextos escolares,

a educação digital ainda se encontra em estágio inicial, limitando-se ao uso das tecnologias como ferramentas didáticas. Essa limitação reforça a necessidade de políticas institucionais que promovam formação docente continuada e infraestrutura adequada para o trabalho educativo no campo digital.

Por conseguinte, o uso responsável da internet no ambiente escolar deve ser compreendido como uma prática formativa que integra ética, cidadania e tecnologia. Isso implica reconhecer que o ambiente virtual é uma extensão da vida social e, portanto, requer comportamentos pautados pelo respeito, pela veracidade e pela responsabilidade. Nesse processo, o papel do professor é essencial, pois atua como mediador que orienta o estudante a utilizar a informação como instrumento de emancipação, e não de alienação.

Em síntese, as práticas pedagógicas para o uso responsável da internet precisam ser planejadas de modo a articular a formação técnica com o desenvolvimento ético e crítico dos estudantes. Tavares (2024), Fernandes e Cardoso (2024) e Cairuga e Fonseca (2023) compartilham a compreensão de que a escola deve propiciar espaços de aprendizagem nos quais o aluno seja incentivado a pensar, discernir e agir com consciência nas redes digitais. Portanto, a educação digital constitui-se como meio essencial para o exercício da cidadania no século XXI, fundamentada em valores de respeito, empatia e responsabilidade coletiva.

Desafios da formação docente para a educação digital nas escolas públicas brasileiras

A incorporação das tecnologias digitais ao contexto educacional brasileiro impõe desafios significativos à formação docente, sobretudo nas escolas públicas, em que a precariedade estrutural e a ausência de políticas de formação contínua agravam as dificuldades de implementação da educação digital. Tavares observa que,

[...] a propagação em massa dos recursos tecnológicos é um fenômeno bastante recente na nossa sociedade. [...] Diante da infinidade de alternativas e possibilidades ofertada pelas tecnologias, é preciso desenvolver habilidades e competências técnicas, mas também amadurecer o senso crítico e a capacidade de leitura da realidade. (Tavares, 2024, p. 4).

Essa constatação revela que o problema central não reside apenas no acesso às tecnologias, mas na carência de preparo pedagógico que permita aos professores mediar criticamente o uso das ferramentas digitais no processo educativo.

Nesse mesmo sentido, Fernandes e Cardoso (2024) destacam que grande parte dos docentes não recebeu, em sua formação inicial, uma abordagem voltada à educação digital como componente curricular, o que compromete o tratamento adequado de questões como ética, segurança e cidadania digital. Essa lacuna formativa se manifesta de forma mais acentuada nas redes públicas, nas quais as demandas por atualização técnica e pedagógica são constantes, mas raramente atendidas por políticas institucionais eficazes. Para as autoras, a ausência de programas permanentes de capacitação docente limita a efetividade das ações voltadas à inserção

da tecnologia na prática pedagógica e dificulta a promoção de um ambiente escolar digitalmente responsável.

Além disso, Cairuga e Fonseca (2023) reforçam que a formação docente voltada à cidadania digital ainda se concentra em aspectos técnicos, desconsiderando as dimensões éticas e sociais que estruturam a relação entre educação e tecnologia. As autoras ressaltam que a carência de recursos tecnológicos e de oportunidades de formação continuada nas escolas públicas impede a criação de práticas pedagógicas consistentes que articulem o uso de tecnologias à reflexão crítica. Dessa forma, o desafio da formação docente não se resume ao domínio instrumental, mas à capacidade de promover uma educação digital crítica, que estimule o pensamento autônomo e o engajamento ético dos estudantes no espaço virtual.

Outro fator que intensifica as dificuldades da educação digital nas escolas públicas é a falta de políticas públicas direcionadas à formação docente. Fernandes e Cardoso (2024) enfatizam que a inexistência de programas estruturados de capacitação compromete a consolidação de uma cultura escolar voltada à cidadania digital. Essa carência institucional reflete-se na prática pedagógica cotidiana, tornando as ações educativas fragmentadas e pouco eficazes. Da mesma forma, Cairuga e Fonseca afirmam que,

[...] os obstáculos à inserção da cidadania digital nos currículos escolares passam, necessariamente, pela ausência de políticas públicas de formação docente que promovam o desenvolvimento de competências críticas, éticas e pedagógicas relacionadas ao uso das tecnologias. (Cairuga; Fonseca, 2023, p. 220).

Assim, evidencia-se a necessidade de estratégias governamentais que priorizem o desenvolvimento humano e profissional dos educadores, com foco em uma atuação consciente no ambiente digital. Paralelamente, Tavares (2024) ressalta que a ausência de formação política e pedagógica adequada entre os docentes interfere diretamente na formação dos estudantes, uma vez que limita a capacidade da escola de promover práticas voltadas ao uso crítico e ético das tecnologias digitais. O autor defende que o professor precisa desenvolver competências que ultrapassem o domínio técnico e incluam a compreensão das dimensões sociais e ideológicas presentes no ambiente virtual. Quando essa formação é insuficiente, o processo educativo tende a reproduzir padrões de consumo e dependência tecnológica, em detrimento da autonomia intelectual e do exercício da cidadania digital. Assim, a escola corre o risco de perpetuar desigualdades informacionais e fragilizar sua função social de formar cidadãos conscientes e participativos.

Nesse contexto, Fernandes e Cardoso (2024) argumentam que os desafios enfrentados pelos docentes vão além da atualização técnica, exigindo uma reflexão profunda sobre o impacto social, cultural e ético das tecnologias no processo educativo. As autoras defendem que a formação continuada deve promover o diálogo entre diferentes campos do saber, permitindo que o educador compreenda as implicações do ambiente digital e desenvolva estratégias pedagógicas orientadas por princípios éticos e democráticos. Essa abordagem redefine o papel do professor,

que passa a ser visto como mediador crítico do conhecimento digital e agente formador de sujeitos capazes de interagir com responsabilidade nas redes.

Ademais, observa-se que muitos professores ainda demonstram resistência à incorporação das tecnologias em suas práticas pedagógicas, principalmente por se sentirem despreparados para lidar com temas complexos relacionados ao ambiente digital. Fernandes e Cardoso (2024) destacam que essa insegurança é comum, mesmo entre docentes que reconhecem a importância das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. De modo complementar, Cairuga e Fonseca (2023) reforçam que essa resistência está associada à ausência de políticas públicas que promovam a formação contínua e o engajamento crítico dos educadores diante das transformações tecnológicas. As autoras apontam que a valorização da formação docente como processo permanente é condição essencial para que os professores se sintam capazes de enfrentar os desafios impostos pela era digital e possam atuar com autonomia e confiança em suas práticas.

Por fim, Tavares (2024) destaca que cabe à escola criar espaços institucionais que favoreçam a reflexão coletiva sobre o uso das tecnologias, promovendo um ambiente de aprendizado que una responsabilidade, ética e respeito. A educação digital, sob essa perspectiva, depende de uma formação docente que articule técnica e pensamento crítico, aliando o saber ao compromisso social e educativo. Fernandes e Cardoso (2024) complementam que a superação dos desafios da formação docente requer investimento em programas de capacitação crítica, que integrem os princípios da cidadania digital à prática pedagógica cotidiana. Assim, o fortalecimento da educação digital nas escolas públicas brasileiras está diretamente vinculado à valorização do professor como agente de transformação social, capaz de promover uma cultura digital ética, inclusiva e comprometida com a construção da cidadania.

Resultados e discussões

A análise dos estudos de Tavares (2024), Fernandes e Cardoso (2024) e Cairuga e Fonseca (2023) evidencia que a formação para a cidadania digital nas escolas brasileiras ainda apresenta limitações estruturais, pedagógicas e políticas. As principais conclusões apontam que, embora as instituições de ensino reconheçam a importância da educação digital ética e crítica, a prática pedagógica permanece restrita a abordagens instrumentais, sem articulação com dimensões reflexivas e éticas do uso das tecnologias. Essa constatação reforça que o processo educativo digital não se resume ao domínio técnico de ferramentas, mas deve incluir a compreensão crítica das interações virtuais e de suas implicações sociais.

Em termos de significado, os resultados indicam que a educação digital possui papel decisivo na formação de sujeitos capazes de exercer sua cidadania de forma consciente e responsável. Os autores analisados destacam que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento dessas competências, pois permite a mediação entre informação, reflexão e ética. Tavares (2024) considera que a formação digital deve ir além do acesso à tecnologia, promovendo a capacidade de leitura crítica e o discernimento moral. Fernandes e Cardoso (2024), por sua vez, entendem

que o ensino voltado à cidadania digital estimula o protagonismo estudantil e a autonomia intelectual, enquanto Cairuga e Fonseca (2023) defendem a necessidade de práticas pedagógicas que abordem as relações de poder, consumo e vigilância que permeiam o ambiente digital.

Essas descobertas dialogam com pesquisas anteriores que defendem a inclusão da cidadania digital como eixo transversal das políticas educacionais. Estudos internacionais citados pelos autores indicam que países que investem em programas de alfabetização digital crítica apresentam maior engajamento dos estudantes e menor incidência de práticas digitais nocivas, como a desinformação e o discurso de ódio. Nesse sentido, os resultados deste estudo corroboram a literatura contemporânea ao reafirmar que o desenvolvimento da consciência ética no ambiente digital está intrinsecamente ligado à atuação pedagógica mediadora e à formação docente continuada.

No entanto, a análise também revela limitações significativas. As escolas públicas enfrentam dificuldades estruturais, como carência de recursos tecnológicos, infraestrutura precária e falta de formação específica para os professores. Fernandes e Cardoso (2024) apontam que a ausência de políticas públicas consistentes compromete a efetividade das ações pedagógicas voltadas à cidadania digital. Do mesmo modo, Cairuga e Fonseca (2023) observam que a formação docente, quando ocorre, tende a privilegiar o uso técnico das tecnologias em detrimento das discussões éticas e políticas. Essas limitações restringem o alcance da educação digital como ferramenta de transformação social e reforçam desigualdades já existentes no sistema educacional.

Alguns resultados também se mostraram inesperados, especialmente no que diz respeito à resistência de parte dos professores ao uso das tecnologias digitais em sala de aula. Tavares (2024) interpreta essa resistência como consequência da falta de formação política e da ausência de reflexão sobre o papel social do professor na era digital. Fernandes e Cardoso (2024) acrescentam que a insegurança docente diante de temas complexos, como *cyberbullying* e desinformação, decorre da insuficiência de políticas institucionais de capacitação. Esse cenário revela que o obstáculo à inovação pedagógica não se limita ao desconhecimento técnico, mas está associado à ausência de apoio institucional e à sobrecarga de trabalho, fatores que desestimulam a apropriação crítica das tecnologias.

Outra constatação relevante refere-se à heterogeneidade das experiências pedagógicas nas escolas públicas. Enquanto algumas instituições conseguem incorporar práticas inovadoras e colaborativas, outras permanecem alheias às demandas da cultura digital. Essa disparidade reforça a ideia de que a formação docente crítica deve ser contextualizada, levando em conta as especificidades regionais e socioeconômicas das redes de ensino. Conforme argumentam Cairuga e Fonseca (2023), a uniformização das estratégias de capacitação docente é ineficaz, pois ignora as desigualdades históricas e estruturais que marcam o sistema educacional brasileiro.

A análise dos resultados também aponta que a formação docente é o ponto de inflexão para a efetividade da educação digital. Todos os autores estudados enfatizam a necessidade de repensar a prática pedagógica à luz da ética digital e da cultura participativa contemporânea. A escola

deve ser entendida como espaço de formação integral, no qual professores e alunos aprendem a utilizar as tecnologias de forma crítica, criativa e responsável. A articulação entre teoria e prática, defendida por Fernandes e Cardoso (2024), e a compreensão crítica das dinâmicas digitais, proposta por Cairuga e Fonseca (2023), demonstram que a construção de uma cidadania digital depende de uma educação orientada pela reflexão e pela ética.

Por fim, os resultados obtidos sugerem caminhos para futuras pesquisas. Recomenda-se a realização de estudos empíricos que analisem práticas pedagógicas exitosas em diferentes contextos escolares, identificando estratégias que possam ser replicadas em larga escala. É igualmente necessário investigar os efeitos das políticas públicas recentes voltadas à inclusão digital e à formação docente em cidadania digital, a fim de avaliar sua efetividade. Além disso, deve-se explorar o papel das tecnologias emergentes, como inteligência artificial e plataformas interativas, na formação crítica dos estudantes. Assim, as investigações futuras poderão contribuir para o fortalecimento de uma educação digital que una inovação tecnológica, ética e compromisso social, consolidando a escola como espaço de construção da cidadania digital no século XXI.

Conclusão

O estudo desenvolvido permitiu compreender, de forma ampla e crítica, o papel da escola na formação de cidadãos digitais éticos e conscientes, bem como os desafios e possibilidades para a implementação de práticas pedagógicas voltadas à educação digital nas escolas públicas brasileiras. A pesquisa atendeu aos objetivos propostos ao longo do trabalho, que consistiram em refletir sobre o conceito de cidadania digital no contexto educacional, identificar os principais fundamentos teóricos e legais que a sustentam e analisar o papel da instituição escolar e dos docentes na promoção do uso responsável da internet.

A análise dos referenciais teóricos evidenciou que a cidadania digital é uma extensão das práticas sociais e políticas da vida em sociedade e, portanto, deve ser abordada como componente formativo essencial na educação básica. Verificou-se que a escola é o espaço mais adequado para desenvolver valores, atitudes e competências que possibilitem ao estudante agir eticamente no ambiente virtual. Os autores analisados demonstram que a educação digital crítica exige mais do que acesso às tecnologias: requer uma prática pedagógica orientada pela ética, pela reflexão e pela responsabilidade social.

Os resultados obtidos também permitiram constatar que os objetivos específicos foram plenamente alcançados. O estudo identificou que o papel da escola, enquanto formadora da cidadania digital, está diretamente relacionado à mediação entre o conhecimento tecnológico e o desenvolvimento moral dos estudantes. As práticas pedagógicas analisadas mostraram-se eficazes quando pautadas em metodologias ativas, voltadas à análise crítica de informações e à convivência ética nas redes. Além disso, a investigação revelou que a formação docente é um elemento determinante para o sucesso das ações de educação digital, especialmente no contexto

das escolas públicas, onde persistem limitações estruturais e ausência de políticas formativas consistentes.

O estudo também demonstrou que, apesar dos avanços na compreensão teórica sobre o tema, a efetivação da cidadania digital nas escolas ainda é dificultada por lacunas relacionadas à infraestrutura tecnológica, à formação continuada de professores e à ausência de diretrizes curriculares claras sobre o uso pedagógico das tecnologias. Esses fatores indicam que a educação digital no Brasil carece de políticas públicas integradas, que articulem a capacitação docente, o investimento em recursos tecnológicos e a inserção da temática da cidadania digital de maneira transversal nos currículos escolares.

De modo geral, as descobertas do estudo reforçam que a educação digital deve ser compreendida como um direito e uma necessidade social, capaz de contribuir para o fortalecimento da democracia e para o combate às desigualdades informacionais. A formação de cidadãos digitais não se restringe ao domínio técnico das ferramentas, mas envolve a construção de valores éticos e o desenvolvimento de competências críticas para a convivência no mundo interconectado. Nesse sentido, o papel do professor é central, pois atua como mediador entre o saber tecnológico e a formação moral e política dos estudantes.

Com base nas lacunas identificadas, sugere-se que pesquisas futuras se debrucem sobre a avaliação da efetividade das políticas de formação docente em cidadania digital e sobre o impacto de programas governamentais de inclusão tecnológica nas escolas públicas. Recomenda-se, ainda, a realização de estudos empíricos que analisem práticas pedagógicas inovadoras, bem como investigações que explorem o papel das novas tecnologias, como a inteligência artificial e as plataformas interativas, na formação ética e crítica dos estudantes.

Em síntese, o estudo contribuiu para a compreensão de que a cidadania digital, quando integrada à prática pedagógica e à formação docente, torna-se um instrumento de transformação social e educativa. A escola, enquanto espaço de formação integral, deve assumir o compromisso de promover uma cultura digital ética, inclusiva e reflexiva, preparando os indivíduos para atuar de forma responsável e consciente nas dinâmicas complexas da sociedade contemporânea. Portanto, fortalecer a formação docente crítica é condição indispensável para que a escola cumpra sua função de formar cidadãos digitais capazes de atuar eticamente nas múltiplas esferas da sociedade contemporânea.

Referências

CAIRUGA, M. L.; FONSECA, N. Aproximações entre cidadania digital e educação: repercussões a partir do estado do conhecimento. **Revista Transmutare**, v. 10, n. 2, p. 212-221, 2023.

FERNANDES, M. do S. S.; CARDOSO, L. M. O. B. Navegação responsável: a educação na formação da cidadania digital no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, p. 1682-1694, 2024.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R.; FERNANDES, A. B. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 1, p. e13333, 2025.

TAVARES, P. R. Cidadania digital nas escolas. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2024.